

Jornal *Fêmea*

Impresso
Especial

555/2001-ECT/BSB
CFEMEA

---CORREIOS---

Ano XI
Nº 124

Brasília/DF
Maio/2003



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Construindo Políticas Homossexuais



O dia 28 de junho é o Dia Internacional do Orgulho Gay. Durante o mês, são realizadas passeatas coloridas para celebrar e dar visibilidade à diversidade. Mas não é só festa. O tema escolhido para a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, a maior do país, é *Construindo Políticas Homossexuais*. Os movimentos homossexuais estão se articulando e lutando por seus direitos também no Congresso Nacional.

PÁGINA 7

Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos

Nos dias 19 e 20 de maio, o CFEMEA realizou o *Encontro de Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos*, na Câmara dos Deputados. O evento contou com o apoio da Bancada Feminina no Congresso Nacional e do FES/ILDES (Fundação Friedrich Ebert/ Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social). O objetivo foi promover o intercâmbio das Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos, além de estimular o seu fortalecimento.

PÁGINA 10

A Participação da Sociedade no PPA 2004/2007

O INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) promoveu o seminário *O PPA no Governo Lula: Participação e Controle Social*, com apoio de 21 redes e articulações nacionais. Com a presença de 200 representantes de ONGs e 110 integrantes do Poder Executivo, o evento reuniu, nos dias 7 e 8 de maio, mais de 400 pessoas na Câmara do Deputados.

PÁGINA 3

PÁGINA 8

Reforma da Previdência Social – entrevista com Graça Ohana, coordenadora técnica da pesquisa de emprego e desemprego do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos).

PÁGINA 9

Reforma Tributária – entrevista com Fátima Gondim, vice-presidente do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal).

Editorial



Centro Feminista de
Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-
000, Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336

E-mail: imprensa@cfemea.org.br

Home page:
<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:

Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares,
Maria Aparecida Schumacher, Maria
José Rosado e integrantes do
Colegiado Diretor: Almira Correia
de C. Rodrigues, Guacira César de
Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos,
Clair Castilhos, Fátima Oliveira,
Heleith Saffioti, Jacira Melo,
Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges
Costa, Mara Régia, Marcelo
Lavenere, Margareth Ariha, Maria
Amélia Teles, Maria Bethânia Melo
Ávila, Nair Goulart, Salette
Maccaloz, Sônia Correa e Sueli
Carneiro.

Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto,
Delaine Martins, Edna Roland,
Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta
Soares, Hildete Pereira, Paola
Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth
Barreiros, Maria do Carmo Seabra e
Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante,
Ângela Alves, Catherine Braga
Monteiro, Cláudia Almeida
Teixeira, Eliana Magalhães Graça,
Elizabeth Saar, Gilda Cabral, Glaci
do Carmo Bren, Iáris Ramalho
Cortês, Iéris Barros Luna, Michelle
Lopes, Mirla de Oliveira Maciel,
Mylleena Calasans de Matos e Sérgio
Gomes Timóteo.

Conselho de Parlamentares do

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Jandira Feghali, Iara
Bernardi, Laura Carneiro, Luci
Choinacki, Yeda Crusius e Zulaiê Cobra.
Deputados Alceu Colares, Fernando
Gabeira, João Grandão e Roberto
Freire. Senadora Maria do Carmo Alves.
Senadores Ademir Andrade, Lúcio
Alcântara e Paulo Paim.

Jornalistas Responsáveis:

Michelle Lopes – Iéris Luna
RP 4825/DF – RP 5143/DF

Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e
UNIFEM

Tiragem:

13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:

Quiz Design Gráfico

Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

Duas grandes temáticas persistem como desafios neste início de século.

Ambas no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. São elas: a questão do aborto, considerada pelos movimentos feministas e de mulheres como um direito de cidadania e de saúde pública; e a livre orientação sexual, bem como seu desdobraimento, a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, consideradas, igualmente, como direito de cidadania.

Na Câmara dos Deputados, encontra-se em discussão o PL 21/2003, de autoria do deputado Roberto Gouveia (PT/SP), que propõe a descriminalização do aborto. A defesa que os movimentos feministas e de mulheres fazem da descriminalização do aborto se sustenta em várias dimensões: na constatação de que este procedimento, realizado em condições precárias e inseguras, gera grandes seqüelas para as mulheres, e até a sua morte; no fato de que o Governo brasileiro assumiu compromissos no sentido de revisar as leis que penalizam a prática do aborto inseguro; no apoio da 11ª Conferência Nacional de Saúde à tese da descriminalização e sua reivindicação pela Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras; e, por fim, na constatação de que o Brasil é um Estado laico e, nessa medida, convicções religiosas não podem definir o caráter da legislação brasileira.

Já as comemorações do Dia do Orgulho Gay, 28 de junho, que se aproxima, colocam em pauta as questões das vivências e das parcerias homossexuais. A última parada do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais), realizada em São Paulo, congregou mais de 500 mil pessoas na Avenida Paulista e, a cada ano, o evento ganha mais apoios da população. A data é sempre uma oportunidade para a realização de reflexões sobre sexualidade, cidadania, diversidade, tolerância e democracia.

Setores religiosos combatem, duramente, o direito das mulheres decidirem frente a uma gravidez indesejada e o direito de homens e mulheres viverem sua homossexualidade e de constituírem parcerias afetivo-sexuais. Estas práticas, vindas de pessoas religiosas, acabam significando a defesa da exclusão social de mulheres e de homens e a defesa de tratamento desigual entre as pessoas.

Nós, dos movimentos feministas e de mulheres, propomos a inclusão social de mulheres e de homens que hoje se encontram marginalizad@s e discriminad@s em nossa sociedade, em virtude de preconceitos e ignorância. Propomos, enfim, o reconhecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e o respeito pelas decisões e escolhas que as pessoas realizam em sua existência.

Nova subcomissão


Inspiradas nas discussões sobre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, gostaríamos de ressaltar a importância da subcomissão dos Direitos da Mulher, Criança e Adolescente, ligada à Comissão de Direitos Humanos e instalada dia 20 de maio. Com a medida, inaugura-se, na Câmara dos Deputados, mais um espaço que deverá receber e valorizar os movimentos sociais, suas denúncias e propostas.

A criação da subcomissão faz parte de um conjunto de ações realizadas pelo Congresso Nacional, em função do Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), celebrado em sessão solene.

A subcomissão será presidida pela deputada Maria do Rosário (PT-RS) que, recentemente, lançou a cartilha “Violência sexual contra meninos e meninas”. Ilustrada com desenhos, a publicação usa uma linguagem simples para facilitar a identificação e o combate a situações de abuso e exploração sexual comercial. Também há uma lista de endereço das entidades que trabalham em defesa das crianças e d@s adolescentes.

Para outras informações sobre a Cartilha, ligue: (51) 3236-3313, ou acesse: www.mariadorosario.com.br.

A Participação da Sociedade no PPA 2004/2007

 INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) promoveu o seminário *O PPA no Governo Lula: Participação e Controle Social*, com apoio de 21 redes e articulações nacionais. Com a presença de 200 representantes de ONGs e 110 integrantes do Poder Executivo, o evento reuniu, nos dias 7 e 8 de maio, mais de 400 pessoas na Câmara dos Deputados.

Na ocasião, o ministro Luiz Dulci, Secretário Geral da Presidência da República, afirmou que o próximo Plano Plurianual terá metas sociais e não apenas econômicas, como ocorre tradicionalmente.

A participação da sociedade civil na elaboração do PPA do governo Lula acontecerá inicialmente nas 27 Audiências Públicas que o

Governo realizará nas capitais dos Estados e no DF, no período de 30 de maio a 22 de julho. O objetivo é fazer uma “escuta forte” junto à sociedade sobre o modelo de desenvolvimento proposto pelo Governo.

No Distrito Federal, o CFEMEA e o INESC são os responsáveis, na parceria Inter-Redes/ Abong e Secretaria Geral da Presidência da República, pela realização da Audiência Pública (Veja calendário das audiências na pág 12).

O Seminário teve como um dos resultados a aprovação da Carta de Brasília, documento que será entregue às autoridades juntamente com as propostas de políticas públicas elaboradas por diferentes redes e articulações da sociedade civil. A seguir, os principais trechos da Carta de Brasília.

O PPA no governo Lula: Participação e controle social

“Por entender que a elaboração do Plano Plurianual – PPA 2004/2007 constituirá a grande oportunidade para que o Governo explicita seu projeto de médio e longo prazo de desenvolvimento, nas suas dimensões econômica, social, ambiental, democrática e regional, as entidades, ONGs, fóruns, redes e movimentos da sociedade civil organizada, presentes neste Seminário, propõem:

- a implementação de canais de acesso público aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, ao Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR e ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN, a fim de que a participação da sociedade civil seja efetiva;
- a valorização dos Conselhos Setoriais como espaços legítimos de construção de políticas públicas e controle social, na perspectiva de que venham a cumprir um papel cada vez mais deliberativo e não apenas consultivo. Nesse sentido, a participação autônoma da sociedade civil não pode ser vista apenas como legitimadora das decisões do Governo, e sim como princípio político fundamental, de grande capacidade propositiva;
- o reconhecimento da sociedade civil organizada como um dos protagonistas de todo o processo orçamentário, criando canais de interlocução institucionais em todos os ministérios e secretarias especiais;
- a normatização dos critérios e do funcionamento das audiências públicas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e dos demais instrumentos do orçamento público;
- a incorporação no PPA 2004/2007 dos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro nas negociações firmadas no ciclo social da ONU (convenções, conferências, reuniões de cúpula);
- a mobilização de Centros de Pesquisa, Universidades Públicas e Privadas para a construção de adequados indicadores sociais, de forma a contribuir para que o processo de avaliação e monitoramento seja realmente efetivo;
- a criação de um mecanismo para tornar o PPA transparente, viabilizando, assim, o retorno de todo processo à sociedade; e
- a viabilização de que a atuação da sociedade civil no processo de construção de um PPA participativo se oriente na perspectiva de um processo permanente de orçamento participativo no plano federal”.

Para outras informações sobre o seminário *O PPA no Governo Lula: Participação e Controle Social*, acesse o site: www.inesc.org.br



Na Câmara dos Deputados, o mês de maio foi palco para a estréia da tramitação das reformas da Previdência e Tributária, depois de discutidas em grupos temáticos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão ligado a Presidência da República. Mesmo antes de qualquer proposta concreta, várias comissões permanentes e especiais realizaram audiências públicas com representantes do Executivo e do Judiciário e entidades da sociedade civil para debater os pontos das reformas previdenciária, trabalhista, política e tributária.

Além disso, a Câmara aprovou a Medida Provisória que cria, no âmbito da Presidência da República, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. A Secretaria Especial, equiparada a Ministério, constitui uma conquista do movimento social que busca enfatizar a importância da construção de uma sociedade sem discriminação.

Salário-maternidade será pago pelas empresas

As empresas privadas poderão voltar a pagar o salário-maternidade às seguradas empregadas (com carteira assinada) e trabalhadoras avulsas gestantes. Esta é a proposta do Projeto de Lei nº 354/03, que foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em regime de urgência. O Projeto é de autoria da Presidência da República e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina a situação atual: o pagamento do salário-maternidade feito pelo INSS. A matéria foi encaminhada para o Senado Federal e, se aprovada, vai à sanção presidencial.

Quando foi apreciado pel@s deputad@s, o PL 354/03 recebeu, no Plenário, cinco emendas do PSDB e PFL. Entretanto, todas foram rejeitadas pelo relator, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Dentre elas, a emenda nº 4 era de fundamental importância para as trabalhadoras, pois incluía a mãe-adotante no pagamento do salário-maternidade pelas empresas.

Devido à importância desta proposta, novamente tentaremos incluir a mãe-adotante no PL 354/03, a fim de garantir o pagamento do salário-maternidade diretamente pelas empresas para as mães biológicas ou adotantes, sem qualquer discriminação.

Licença-maternidade na Constituição

A Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2000, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. O projeto acrescenta, como beneficiárias da licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. A matéria teve parecer favorável da relatora senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e voto em separado, aprovado, do senador Aloízio Mercadante (PT-SP). Ele propôs que o pai adotante tenha direito a receber a licença-paternidade, também de 120 dias. O projeto segue para votação em Plenário.

A licença-paternidade já está prevista na Constituição Federal. No entanto, necessita de uma lei para regulamentá-la. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que o prazo de licença-paternidade é de cinco dias. Portanto, a alteração no texto, por meio da PEC 31/2000, permitirá que se estenda a referida licença aos pais adotantes, além das mães adotantes.

Orientação Sexual nas escolas

A Comissão de Seguridade Social e Saúde aprovou o Projeto de Lei nº 7/2003, da deputada Iara Bernardi (PT-SP), que determina a criação de meios para a implementação de Programa de Orientação Sexual, Prevenção das DSTs e Uso de Drogas, nas unidades de ensino de primeiro e segundo graus.

A autora da proposta teve, na legislatura anterior, uma proposição semelhante aprovada no Congresso Nacional, mas que foi vetada pelo Presidente da República.

O assunto vem surgindo sob a forma de projetos de lei, de forma recorrente. A relatora na CSSF, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), propõe que “a forma de inserir de modo contínuo estes temas no arcabouço educacional deve ser melhor analisada na próxima Comissão de mérito (Comissão de Educação, Cultura e Desporto), bem como a maneira adequada de compatibilizar a demanda aos aspectos constitucionais (Comissão de Constituição e Justiça e de Redação)”.



Retirado o projeto da flexibilização das leis trabalhistas

A proposta que permitia a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho, modificando o artigo 618 (CLT) para que o resultado das negociações prevalecesse sobre a matéria legislada, foi retirada do Senado Federal pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O pedido de retirada do Projeto 5.483/2001 partiu do Ministro do Trabalho, Jacques Wagner.

Ao invés de discutir um projeto isolado, @s representantes d@s trabalhador@s, empresári@s e Governo poderão elaborar nova proposta de Reforma no Fórum Nacional do Trabalho, a ser instalado em breve. Buscaremos incluir a questão de gênero na agenda de trabalho do Fórum, bem como as implicações que essa Reforma poderá trazer, em especial, para a mulher trabalhadora.

Reprodução assistida

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou o PLS 90/99, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que trata da reprodução medicamente assistida. O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), apresentou um substitutivo ao projeto, a partir de audiências públicas convocadas para ouvir especialistas na área, bem como emendas apresentadas por parlamentares da Comissão.

Algumas modificações feitas pelo relator serviram para aperfeiçoar o projeto como, por exemplo, a restrição do número de embriões que podem ser transferidos para o útero da mulher. Inicialmente, o projeto previa o número máximo de quatro para

transferência, passando a ser dois posteriormente, tanto para produção como para transferência.

Por outro lado, o substitutivo prevê a possibilidade de que a pessoa nascida pelo processo de reprodução assistida possa ter acesso, a qualquer tempo, diretamente ou por meio de representante legal, a todas as informações sobre sua gestação, incluindo aí a identidade do doador. Essa norma pode gerar uma dificuldade de se ter doadores, já que muitos preferem não se identificar.

O substitutivo proíbe a gestação de substituição, tanto na sua modalidade remunerada (conhecida por “barriga de aluguel”), como para

os casos em que haja impossibilidade de a gestação se realizar no útero da própria usuária (conhecida como “mãe substituta”). Com isso, os homens sozinhos ou os homossexuais ficam impedidos de ter acesso à técnica.

De uma maneira geral, a nova redação procurou limitar a banalização do uso desta técnica de reprodução, o que é positivo, mas esbarrou em restrições morais e religiosas para ampliar seus/suas usuáři@s.

O projeto deverá seguir para a Câmara dos Deputados e esperamos que, nesta Casa, ele também possa ser aperfeiçoado.

PROPOSIÇÕES QUE TRAMITARAM NO CONGRESSO NACIONAL

PODER

Nº da Proposição/Ementa

PL 379/03 - Institui o Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual, a ser comemorado no dia 28 de junho, anualmente.

Autoria

Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ)

Tramitação

Aprovado na CECD, parecer da relatora dep. Iara Bernardi (PT/SP).

DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURA

Nº da Proposição/Ementa

PL 922/99 - Dispõe sobre a promoção de apoio à agricultura familiar.

Autoria

Deputado Rubens Bueno (PTB/PR)

Tramitação

Aprovado na CFT, parecer do relator dep. Coriolano Sales (PFL/BA).

SEXUALIDADE

Nº da Proposição/Ementa

PL 07/03 - Dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas.

Autoria

Deputada Iara Bernardi (PT/SP)

Tramitação

Aprovado na CSSF, parecer da relatora dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

SAÚDE

Nº da Proposição/Ementa

PL 17/03 - Assegura atendimento especializado às mulheres acometidas de tensão pré-menstrual (TPM).

PLS 90/99 - Dispõe sobre a Reprodução Assistida.

Autoria

Deputada Iara Bernardi (PT/SP)

Senador Lucio Alcântara (PSDB/CE)

Tramitação

Rejeitado na CSSF, parecer do relator dep. Rafael Guerra (PSDB/MG).

Aprovado na CAS, parecer do relator sen. Tião Viana (PT/AC).

TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Nº da Proposição/Ementa

PL 6.388/02 - Aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante em caso de parto antecipado.

PL 354/03 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestante (Dispondo que a concessão e o pagamento do salário - maternidade devido à segurada adotante será feito diretamente pela Previdência Social).

PEC 31/00 - Acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

PL 352/03 - Dispõe sobre a licença parental.

Autoria

Senador Luiz Pontes (PSDB/CE)

Presidência da República

Senadora Maria do Carmo Alves (PFL/SE)

Deputada Iara Bernardi (PT/RS)

Tramitação

Aprovado na CTASP, parecer da relatora dep. Dra. Clair (PT/PR).

Aprovado na CSSF, parecer do relator dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP). Aprovado no Plenário/CD, parecer da relatora dep. Sandra Rosado (PMDB/RN) pela CCJR e redação final.

Aprovado na CCJ, parecer da relatora sen. Serys Shessarenko (PT/MT) com emenda do sen. Aloísio Mercadante (PT/SP).

Rejeitado na CTASP, parecer dep. Luciano de Castro (PFL/RR).

OUTROS

Nº da Proposição/Ementa

PL 192/03 - Institui o ano de 2006 como o “Ano da Mulher”.

Autoria

Deputado Maurício Rabelo (PL/TO)

Tramitação

Aprovado na CECD, parecer da relatora dep. Marinha Raupp (PMDB/RO).

Aprovado na CSSF, parecer da relatora dep. Laura Carneiro (PFL/RJ). Aprovado na CCJR, parecer do relator dep. Rogério Silva (PPS/MT).

Legenda: CECD - Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados; CFT - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados; CAS - Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Descriminalização do Aborto em discussão no Congresso Nacional

Defender o direito de decisão das mulheres sobre sua vida e o próprio corpo é uma tarefa complicada no Congresso Nacional. No mês de abril, foi colocado na pauta de votação, na Câmara dos Deputados, um projeto que prevê a descriminalização do aborto. O PL 21/2003, do deputado Roberto Gouveia (PT-SP), suprime o artigo 124 do Código Penal Brasileiro, que caracteriza como crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.

A proposição foi apresentada no início desta legislatura. Em fevereiro, chegou à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e a presidente, deputada Angela Guadagnin (PT-SP) designou a relatoria três dias após receber o PL 21/2003. Um mês depois de designado, o relator, deputado Durval Orlato (PT-SP), apresentou seu parecer contrário.

O movimento feminista vem se articulando para sensibilizar @s parlamentares integrantes da CSSF para a aprovação da proposição. Essa mobilização é fundamental já que, em uma mesma legislatura, projetos da mesma matéria não podem ser apresentados novamente. Se o PL 21/2003 for rejeitado, a discussão sobre a descriminalização do aborto não poderá retornar até 2006.

A criminalização do aborto provoca a morte de mulheres e alimenta uma rede de clandestinidade imensa. As mulheres que têm dinheiro pagam caríssimo pelo serviço clandestino e, muitas vezes, propinas para a polícia. Cerca de um milhão de abortos inseguros são realizados por ano. O aborto inseguro é a 3ª causa de morte materna para mulheres em idade reprodutiva. O controle estatal

sobre a vida sexual e reprodutiva das mulheres é uma forma de discriminação em razão de gênero.

A descriminalização do aborto e os direitos reprodutivos são direitos humanos das mulheres. Integram esses direitos humanos: o direito de estar livre de discriminação por status socioeconômico; o direito à vida, liberdade e segurança; o direito a estar livre de discriminação em razão de gênero; o direito à saúde, saúde reprodutiva e ao planejamento familiar; e o direito à intimidade.

Entretanto, @s fundamentalistas religiosos@ costumam ser igualmente articulad@s para impedirem o debate sobre o tema. A discussão pública é, inclusive, uma recomendação da CPI da Mortalidade Materna. O fundamentalismo religioso insiste em impor valores e normas cristãs rígidas em um Estado democrático laico.

Setores religiosos mais conservadores incluem em suas estratégias de ação política a difamação de ativistas da saúde da mulher, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos de nosso país. Fátima Oliveira, secretária executiva da Rede Feminista de Saúde alerta para a necessidade de se impedir ações desse tipo e propõe a discussão “conforme as regras do jogo democrático de um país laico, sob pena de o cristianismo em nosso país adquirir cada vez mais uma face de intolerância alicerçada pelo fundamentalismo, característica desabonadora para qualquer religião que adota a opção preferencial pel@ injustiçad@s e desvalid@s”.

RAZÕES PARA APROVAR O PL 21/2003

- A penalização do aborto não evita sua prática. Coloca-o na clandestinidade e põe em risco a vida e a saúde das mulheres, principalmente as pobres que se submetem a situações de alto risco ao interromper uma gravidez indesejada.
- Estima-se que, no Brasil, são realizados um milhão de abortos clandestinos por ano. Esta prática figura como a quinta causa de internação hospitalar de mulheres no SUS, é responsável por 9% dos óbitos maternos e por 25% dos casos de esterilidade por causa tubária (Diagnóstico da Campanha por uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos).
- O Governo brasileiro é signatário de documentos de Conferências Internacionais que consideram o aborto um grave problema de saúde pública (Cairo-94) e recomendam que os países revisem as leis que penalizam a prática do aborto inseguro (Beijing-95).
- A 11ª Conferência Nacional de Saúde (2001/Brasília) aprovou a proposta de descriminalização do aborto.
- A Plataforma Política Feminista, construída por mais de cinco mil mulheres organizadas em função da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (2002/ Brasília), propõe “a descriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública”.
- O Brasil é um Estado laico, portanto não se deve admitir que convicções religiosas sejam transformadas em leis para todas as cidadãs e cidadãos.

CFEMEA - Católicas pelo Direito de Decidir - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Articulação de Mulheres Brasileiras - Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe - Campanha Latino-americana e Caribenha pela Descriminalização do Aborto – Comissão de Cidadania e Reprodução.

* Dentre as articulações do movimento feminista, realizou-se a distribuição da nota acima aos/às parlamentares.

Construindo Políticas Homossexuais

O dia 28 de junho é o **Dia Internacional do Orgulho Gay**. Durante o mês, são realizadas passeatas coloridas para celebrar e dar visibilidade à diversidade. Mas não é só festa. O tema escolhido para a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, a maior do país, é Construindo Políticas Homossexuais. Os movimentos homossexuais estão se articulando e lutando por seus direitos também no Congresso Nacional.

A cultura heterossexista, entre outras coisas, mata. O Brasil é recordista no assassinato de homossexuais. As estatísticas do Grupo Gay da Bahia apontam para um homicídio a cada três dias por crime de ódio, ou seja, só porque são homossexuais.

A luta pelo direito humano à livre orientação sexual também tem no fundamentalismo religioso um importante obstáculo para a conquista de legislações e políticas públicas. O Estado laico brasileiro é constantemente ameaçado por posicionamentos religiosos conservadores que acabam dominando o debate político e afetando os direitos humanos. É o caso das últimas reuniões dos conselhos da ONU, nas quais, especialmente os governos estadunidenses, muçulmanos e o Vaticano vêm se alinhando para impedir avanços na legislação internacional, como a inclusão da noção de orientação sexual no que as Nações Unidas entendem como discriminação.

Legislativo

No dia 6 de maio, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir *Mecanismos e Instrumentos de Defesa dos Homossexuais na Sociedade*. Pela primeira vez, o tema foi debatido em audiência pública. No Congresso Nacional, o desafio é garantir a constitucionalidade d@s cidadãos/ãs homossexuais com uma legislação justa. “Precisamos dos projetos que estão na Casa, porque é muito cruel depender dos tribunais,” avisa Rosana Zaiden, do Coletivo de Feministas Lésbicas.

Além da tramitação e apresentação de proposições legislativas federais importantes para garantir os direitos sexuais, são necessárias políticas públicas específicas. Iniciativas de políticas afirmativas já foram conquistadas em

alguns estados brasileiros. O Balcão Jurídico, por exemplo, além da assistência, permite o conhecimento de demandas d@s homossexuais.

O representante da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, Marcelo Nascimento, exige uma política governamental efetiva, planejada em conjunto com a sociedade civil organizada. “Ações isoladas não bastam para combater a discriminação. Além disso, o movimento precisa contar com uma instância governamental”, explica Marcelo.

Orçamento Federal

O movimento de gays, lésbicas e travestis também está de olho no Orçamento da União. Caio Varela, do INESC (Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos), apresentou cinco propostas à LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - para garantir a

elaboração de políticas públicas específicas. “No ano passado, por exemplo, sobrou dinheiro na Coordenação Nacional de DST/aids por causa da má qualidade dos projetos”, explica Caio.

As propostas foram apresentadas para três parlamentares diferentes. Uma delas inclui ações voltadas ao combate à violência e à garantia dos direitos humanos de travestis, lésbicas, gays e transexuais (TLGT). Os outros incisos propõem: dotações para políticas de promoção e defesa dos direitos humanos; ações voltadas para a promoção da cidadania, com ênfase na diversidade sexual no âmbito da educação; recursos públicos para a promoção da saúde integral d@s TLGT; o combate à discriminação no ambiente de trabalho e a promoção de igualdade de oportunidades da comunidade TLGT no mercado de trabalho.

Reforma da Previdência Social

Os movimentos de mulheres estão pautando o debate sobre a Reforma da Previdência, com um grande desafio: a inclusão social. Cinquenta e sete por cento da população economicamente ativa está excluída do sistema. É necessário implantar políticas específicas para a incorporação de famílias que trabalham no mercado informal, com alíquota de contribuição mais baixa. Alíquotas reduzidas também deveriam ser adotadas para o emprego doméstico.

As riquezas são criadas pelos trabalhos produtivo e reprodutivo,

mas só na esfera da produção o trabalho gera remuneração e outros direitos. É por isto que as feministas estão reivindicando o reconhecimento do tempo despendido no trabalho reprodutivo para fins de acesso ao direito de aposentadoria.

O trabalho reprodutivo é aquele realizado no âmbito doméstico, não profissionalmente, de cuidado com os filhos, atenção aos idosos, limpeza da casa, alimentação e manutenção da família. Trata-se do trabalho realizado quase que exclusivamente pelas mulheres. Quem tem um emprego ou

ocupação remunerada, costuma designá-lo de dupla jornada. Nas estatísticas, em geral, as pessoas que estão integralmente dedicadas a esta tarefa são qualificadas como “inativas”, uma designação que não deixa dúvidas sobre o grau de invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo.

Graça Ohana, coordenadora técnica da pesquisa de emprego e desemprego do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) analisa a situação das trabalhadoras.

O que é possível ser dito em relação às trabalhadoras presentes no mercado informal?

Graça - No Distrito Federal, as mulheres ocupadas em trabalhos vulneráveis representavam 37,3% da população ocupada, em 2002. Esse percentual é um dos mais baixos nas regiões pesquisadas pela PED, mas não quer dizer que o mercado de trabalho é melhor nesta região do país. A questão é que o setor público ainda absorve grande parte das trabalhadoras por meio dos concursos.

Quanto aos números absolutos, em 2002, o número de mulheres sem carteira de trabalho assinada, no setor privado, era 26.300. Ainda em 2002, as empregadas domésticas correspondiam a 75.800 no DF. É importante ressaltar que, mesmo com carteira assinada, a empregada doméstica possui um emprego vulnerável devido à fragilidade de sua inserção no mercado de trabalho.

Em nível nacional, como o DIEESE avalia o emprego informal?

Graça - Nos últimos 10 anos, o que se percebe é que mais da metade dos empregos criados foram informais. Nessa informalidade, há mais negros do que não-negros. Se você analisa o desemprego ou o universo das empregadas domésticas verá que há

mais negros do que não-negros. O que indica que a população negra é maioria no trabalho informal e que também é predominante entre os excluídos.

A situação atual também mostra que o Brasil não foi capaz de gerar empregos que dão alguma proteção ao trabalhador, pois estar na informalidade significa que ele não contribui para a Previdência, que o patrão propõe pagar mais para não ter de assinar a carteira de trabalho. A contribuição para a Previdência é negada na origem do emprego.

Qual seria o caminho, no contexto da Reforma da Previdência?

Graça - Não é possível, nesse momento, erradicar o trabalho informal. Com taxas de desemprego altas, quem tem um emprego precário está em melhor situação do que o desempregado. O caminho seria criar empregos formais, reduzindo-se, a médio prazo, os empregos precários. Uma outra saída seria fazer com que todos os que estão na informalidade tenham acesso aos benefícios previdenciários.

O movimento feminista e de mulheres propõe o reconhecimento da importância do trabalho realizado pelas donas-de-

casa. Qual a viabilidade dessa proposta?

Graça - Para termos idéia do número de mulheres que seriam beneficiadas, vamos ver o exemplo do Distrito Federal. Em 2002, havia 118.500 donas-de-casa. Dentre elas, a metade, 59.200, possuía 40 anos de idade ou mais. Esse quadro praticamente se repete nas regiões pesquisadas pela PED.

Entretanto, para a aprovação de uma proposta como essa, é preciso convencer as pessoas de que o trabalho doméstico feito pela mulher é essencial para os que fazem trabalho produtivo, do ponto de vista da economia.

Se essas mulheres não ficassem em casa, permitindo que os homens pudessem trabalhar, que os filhos na idade produtiva pudessem também trabalhar, eles certamente cumpririam seus compromissos com muito mais dificuldade.

Esse é um trabalho que não tem valor econômico porque os economistas não o consideram como trabalho produtivo. Por isso as pessoas nessa situação são consideradas inativas. Do ponto de vista das mulheres, nós precisamos mostrar o que é esta “inatividade”. Como podemos chamar de inativa uma pessoa que cuida das demandas da família durante 16 horas ou mais, por dia, enquanto todos estão fora de casa?

Reforma Tributária

O Governo conseguiu aprovar a Reforma Tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Na votação, foram apresentados oito destaques ao parecer do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Entretanto, todos foram rejeitados. O texto foi encaminhado

para a Comissão Especial da Reforma Tributária. A expectativa é de que a matéria seja analisada em plenário até o final de julho ou começo de agosto. **Fátima Gondim**, vice-presidente do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), fala sobre o impacto desta Reforma na vida de cada brasileiro@.

Qual é a sua avaliação sobre as propostas do Governo para a Reforma Tributária?

Fátima - A prioridade para a Reforma Tributária tem uma fundamentação racional e filosófica pelo fato de que o sistema tributário é o lastro fundamental do Tesouro Nacional. A nossa matriz de arrecadação reflete um Estado de caráter profundamente desigual e excludente. O Governo estará persistindo no erro de destinar o ônus tributário exclusivamente para os assalariados e os consumidores médios, se tentar resolver a questão fiscal sem reorganizar o nosso modelo tributário.

O projeto para a Reforma Tributária tem pontos positivos e negativos. Mas, mesmo assim, ele não resolve o problema da elevada concentração da carga sobre os segmentos mais pobres da população. O Brasil é um país que necessita, antes de tudo, voltar-se para o desenvolvimento econômico e libertar-se das armadilhas financeiras que o impedem de crescer.

De 1994 a 2002, a carga tributária brasileira cresceu seis pontos. Em oito anos, o PIB cresceu de 29,8% para 35,9%. Que setores arcam com esse avanço da carga tributária?

Fátima - Esse crescimento recorde na história tributária brasileira se deu às custas do chamado “andar de baixo” da sociedade, ou seja, foram os

assalariados e a classe média que pagaram a fatura. Isso ocorreu devido ao congelamento da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas, que abocanhou, de 1996 a 2002, 16 bilhões de reais dos trabalhadores que se transformaram em novos contribuintes. A conta desse segmento social também aumentou em função do constante reajuste das alíquotas de tributos indiretos e cumulativos como a CPMF e a Cofins. Essas contribuições atingem, sobretudo, quem tem menor poder aquisitivo, pois é a parcela da população que canaliza toda a sua renda para o consumo, sendo, portanto, atingidos em cheio pela tributação.

Ao comprar uma lata de leite em pó, tanto a pessoa que ganha um salário mínimo por mês quanto quem recebe, no mesmo período, dez salários mínimos, pagam o mesmo valor de tributo. É possível afirmar que os tributos sobre o consumo contribuem para a continuidade da desigualdade sócio-econômica existente no Brasil?

Fátima - Sem dúvida. Uma tributação mais justa procura onerar mais quem possui uma renda maior. O Brasil já é campeão em concentração de renda. Então, o que justifica o fato de 70% do nosso bolo tributário ser produto de tributos regressivos, ou seja, aqueles que taxam o pobre e rico de forma igual? Essa opção de política

tributária agrava a concentração de renda e alivia a situação daqueles setores com maior capacidade contributiva. Temos de mudar essa lógica. O Unafisco está lançando a campanha ‘Imposto de Renda com Justiça é desonerar o trabalhador’ com o propósito de incluir a questão da tributação isonômica na agenda da Reforma Tributária. Promover justiça tributária no País é corrigir sistematicamente a tabela do IR, é garantir a imunidade do mínimo existencial e é submeter tanto os rendimentos do trabalho como do capital à tabela progressiva.

Nas famílias mais pobres há muitas mulheres chefes de família. Como fica a situação das mulheres neste cenário?

Fátima - A situação das mulheres torna-se mais agravada com a elevada tributação sobre os segmentos mais pobres. As estatísticas apontam o crescimento do número das mulheres que arcam com a responsabilidade financeira do lar. Isso significa que o aumento da tributação sobre o consumo atingiu diretamente as mulheres, pois as chefes de numerosas famílias, muitas vezes com seus companheiros desempregados, sofrem a redução de suas rendas devido ao fato de que 30% do preço dos artigos e serviços de primeira necessidade correspondem aos tributos indiretos.

CFEMEA reúne Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos

Nos dias 19 e 20 de maio, o CFEMEA realizou o Encontro de Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos, na Câmara dos Deputados. O evento contou com o apoio da Bancada Feminina no Congresso Nacional e do FES/ILDES (Fundação Friedrich Ebert/ Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social).

O objetivo foi promover o intercâmbio das Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos, além de estimular o seu fortalecimento. Na ocasião, também foram discutidas as medidas de ação afirmativa para as mulheres no âmbito da Reforma Política.

Mulheres na Política

No primeiro dia do encontro, a professora doutora da UERJ e integrante do CEDIM/RJ, Clara Araújo, deu uma palestra sobre o diálogo entre as mulheres e os partidos políticos. Neste sentido, ela abordou a relação entre sistemas políticos de representação e elegibilidade: “A representação proporcional beneficia mais as mulheres porque permite a existência de um número maior de candidaturas e de partidos, bem como o surgimento de novos e não tradicionais.

Já em sistemas majoritários, a participação das mulheres tende a ser mais difícil. Isso porque cada partido seleciona um único candidato por distrito. Nestes casos, os selecionadores tendem a escolher candidatos que maximizem as chances e minimizem os riscos eleitorais. As escolhas são feitas com base na análise dos candidatos considerados *bons de voto*”.

Não é possível aceitar que a Reforma Política se limite à questão eleitoral e à questão partidária. (Deputada Luiza Erundina)

Reforma Política

No segundo dia do encontro, a deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP), titular da Comissão Especial de Reforma Política, fez uma palestra sobre Reforma Política e ações afirmativas, ressaltando que é necessário envolver os poderes Executivo e Judiciário na discussão. Ela também falou sobre os trabalhos na Comissão Especial: “Inicialmente, tentamos compreender o que seria uma Reforma Política numa concepção mais ampla, não só ligada à legislação eleitoral e à legislação dos partidos políticos”.

A deputada também falou sobre o Projeto de Lei nº 6.216/02, de sua autoria. A proposta “acrescenta incisos aos artigos 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995”, destinando pelo menos 30% dos recursos do fundo partidário e do tempo da propaganda partidária gratuita respectivamente para criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres, bem como sua difusão.

Várias deputadas federais compareceram ao Encontro. A Bancada Feminina foi representada pela deputada Janete Capiberibe (PSB/AP), na abertura do evento; e pela

deputada Iara Bernardi (PT/SP), no encerramento. Ambas elogiaram a realização do Encontro e a importância de sua pluralidade, ao envolver diversos partidos políticos.

Almira Rodrigues, diretora colegiada do CFEMEA, concluiu as apresentações apontando aspectos convergentes entre as Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos: “Entendemos que há pontos comuns como o financiamento público de campanhas, a preservação das cotas e a ampliação para outros mecanismos como acesso ao fundo partidário e tempo na mídia”.

Pluralidade

O encontro também abriu espaço para que as participantes compartilhassem suas experiências. Fizeram apresentações 11 Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos, enfocando suas histórias, iniciativas, conquistas e dificuldades. A seguir, as instâncias e suas respectivas representantes:

- PMDB Mulher** (Elcione Barbalho – presidente nacional);
- PFL Mulher** (Teresinha da Paulina – presidente regional/SP);
- PSDB Mulher** (Fátima Pelaes – vice-presidente, e Wilma Motta – presidente regional/SP);
- PTB Mulher** (Maria Ignês Sampaio – integrante da comissão executiva nacional);
- Ação Mulher Progressista – PP** (Maria Lúcia Balestra – presidente);
- Movimento Nacional de Mulheres do PDT** (Salette Roszkoswki – presidente regional/RS);
- Subcomissão de Gênero – Comissão de Movimentos Sociais do PCdoB** (Liège Rocha – membro do comitê central);
- Grupo de Assessoria Feminista – GAF / PPS** (Márgara Cunha – coordenadora e integrante da executiva nacional);
- Secretaria Nacional de Mulheres do PSB** (Mari Machado – secretária nacional);
- Secretaria Nacional de Mulheres do PT** (Conceição Nascimento – secretária nacional);
- Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU** (Eliane de Sousa Koti – dirigente regional de Bauru/SP).

O relatório sobre o Encontro de Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos estará disponível, em breve, no site: www.cfemea.org.br.



Sou cidadã, conheço meus direitos

A mulher e o Código Civil – Lei nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002 – O Direito de Família

O Livro IV do Código Civil trata do Direito de Família, dos artigos 1.511 ao 2.027. São, portanto, 272 artigos que regulamentam as relações dentro da família, sendo o primeiro tema abordado o casamento. Isto demonstra o quanto nossos legisladores dão importância a esta instituição.

Disposições gerais sobre o casamento

O casamento é um ato solene onde duas pessoas de sexos diferentes se unem para formar uma família. Com o casamento, se estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

Isto significa que mulheres e homens são iguais e ambos podem opinar sobre todas as questões da família. Com o novo Código Civil, acabou a “chefia da sociedade conjugal” que era exercida apenas pelo homem.

Gratuidade do casamento civil

Não pode ser cobrada a celebração do casamento civil. Para as pessoas que declaram estado de pobreza, além de não ser cobrada a celebração, não pode ser cobrada a habilitação no Cartório, o registro e/ou a primeira certidão. Também não devem pagar selos, emolumentos e custas. O Cartório que cobrar qualquer desses serviços pode ser denunciado no Juízo de sua Comarca.

O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, em se tratando de analfabeto. Neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas. A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e penal do interessado.

Realização do casamento

O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

É proibido a qualquer pessoa, seja de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.

Pessoas de direito público: a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

Pessoas de direito privado: as associações e sociedades (leigas ou religiosas, com ou sem fins lucrativos) e as fundações.

Casamento religioso

O casamento realizado em qualquer religião poderá ser validado como casamento civil, desde que a sociedade religiosa esteja devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica e haja a habilitação prévia, atendendo assim, as mesmas exigências feitas para o casamento civil. Seus efeitos começam a partir da data de sua celebração.

O registro do casamento religioso deve ser feito da mesma forma que é exigida para o casamento civil.

Prazo para registrar o casamento religioso, como casamento civil

No prazo de 90 dias após a realização do casamento religioso, ele poderá ser registrado para ter os efeitos do casamento civil. Para isto é necessário que sua habilitação tenha sido homologada previamente. Dentro deste prazo bastará a comunicação do celebrante ou de qualquer interessado. Depois de 90 dias, o registro dependerá de nova habilitação.

Quando o casamento religioso é celebrado sem as formalidades exigidas para o casamento civil, ele terá efeitos civis se, a pedido do casal, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente e dentro do prazo de 90 dias da data em que foi extraído o certificado de habilitação.

Casamento religioso de quem já é casado civilmente

Se a noiva ou o noivo for casad@ civilmente com outra pessoa, podem casar religiosamente. Entretanto, será nulo o registro civil desse casamento.

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.



Acontece

Plano Plurianual 2004/2007

A sociedade civil organizada poderá participar ativamente desse processo. Para isso, serão realizadas, pelo Governo, 27 Audiências Públicas nas capitais dos estados e no Distrito Federal. Ao lado, o calendário das consultas:

No site www.planejamento.gov.br já está disponível o documento básico **Plano Plurianual 2004/2007 Orientação Estratégica de Governo. Um Brasil para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social**, que será discutido nas Audiências Públicas.

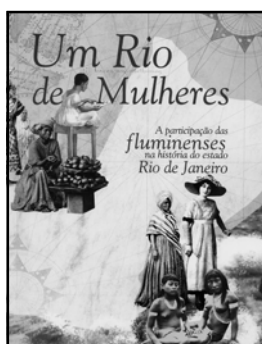
Data	Estado	Data	Estado
30/05	Amazonas	01/07	Piauí
10/06	Goiás	01/07	Alagoas
10/06	Mato Grosso	04/07	Ceará
13/06	Rondônia	04/07	Pernambuco
13/06	Roraima	08/07	Rio Grande do Norte
17/06	Acre	08/07	Paraíba
17/06	Pará	11/07	Sergipe
24/06	Rio Grande do Sul	11/07	Maranhão
24/06	Amapá	15/07	Santa Catarina
25/06	Tocantins	15/07	São Paulo
25/06	Mato Grosso do Sul	18/07	Distrito Federal
27/06	Bahia	18/07	Minas Gerais
27/06	Paraná	22/07	Rio de Janeiro
		22/07	Espírito Santo



Mulheres Brasileiras

É uma publicação do TRANSE (Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance), criado na Universidade de Brasília em janeiro de 1995. O Núcleo tem focado as diversas concepções contemporâneas de performance. As artes cênicas e visuais têm sido as interfaces preferenciais nos trabalhos práticos. *Mulheres Brasileiras* faz parte do estudo sobre performance e sociedade no Brasil, abrangendo desde a pesquisa e discussão de textos históricos e de análise sociológica do papel social da mulher, até a criação plástica dos elementos que compuseram o espetáculo cênico.

Mais informações, pelo e-mail: transe@unb.br.



Um Rio de Mulheres

Com o propósito de divulgar a importância e o valor da participação feminina no desenvolvimento e formação da sociedade brasileira, a REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano começou a formar e disponibilizar um amplo acervo sobre a atuação feminina na história do país. Desde 1997, vem realizando um projeto de pesquisa sobre os mais diferentes temas relacionados ao passado das brasileiras. *Um Rio de Mulheres* faz parte dos desdobramentos deste projeto que produzirá uma série sobre a atuação feminina em cada Estado do país, começando pelo Rio de Janeiro. Nesta etapa, o principal objetivo foi traçar um panorama histórico enfocando as mulheres fluminenses, desde os tempos coloniais até os dias de hoje.

Mais informações, pelo telefone (21) 2262-1704 ou redeh@redeh.com.br.



Defensoria Pública

O livro *Na trincheira da Defensoria Pública* reúne os artigos da defensora pública Mônica Barroso, publicados em jornais. O trabalho é um leque de análise de fatos, leis e propostas construtivas voltadas, principalmente, para o Estado do Ceará. Produzida com o apoio da Assembléia Legislativa, a publicação confirma a tese de que cabe à pessoa pública refletir sobre as mais variadas questões que afetam a comunidade.

Mais informações, pelo telefone (85) 277-2914 ou inesp@al.ce.gov.br.

